

Concessionária ViaRio S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balanços patrimoniais	15
Demonstrações dos resultados	16
Demonstrações dos resultados abrangentes	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos Acionistas

Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia” ou “Concessionária”), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

Contrato de Concessão

A Companhia foi criada em 20 de abril de 2012 quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ” ou “Poder Concedente”). Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias no trecho de 13 km da Via Expressa Corredor Presidente Tancredo Neves (“Ligação Transolímpica” ou “Via”), ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, sendo remunerada através da cobrança de pedágio. O prazo da Concessão é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ou seja, 26 de abril de 2047.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Ligação Transolímpica, foi previsto no Contrato de Concessão repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à Companhia (“Subsídio”), autorizado por lei municipal.

Perfil da Concessionária

A Companhia é uma via urbana expressa com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em túneis, e com 38 pontes e viadutos, além de praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outras duas nas alças de acesso e saída da Estrada do Rio Grande.

A Via é composta por três faixas de rolamento em cada sentido, duas faixas de rolamento para automóveis, motos, ônibus e caminhões e uma terceira faixa exclusiva para o sistema BRT (Transporte Rápido por Ônibus – na sigla em inglês). A operação dos BRTs (isento de cobrança de pedágio) e administração das estações é de total responsabilidade das empresas de ônibus, sendo responsabilidade da Companhia apenas a manutenção das pistas para a passagem dos BRTs e o socorro médico e mecânico.

A Companhia é operada a partir de um prédio, localizado na Estrada do Catonho, onde funciona sua estrutura corporativa e o Centro de Controle Operacional (CCO), garantindo mais segurança aos seus usuários.

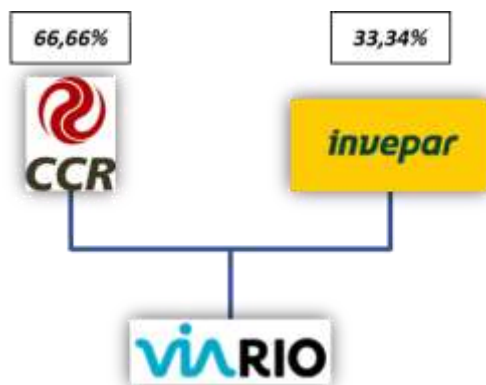
O início da operação comercial da Companhia foi em 29 de agosto de 2016.

No dia 15 de fevereiro de 2018, a Companhia iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada do Rio Grande, em Boiuna, Jacarepaguá.

Os moradores da região que residem dentro de um raio de 2 km da praça de pedágio são isentos do pagamento do pedágio da Estrada do Rio Grande. Para se obter o benefício, é preciso a realização do cadastramento no site www.viario.com.br.

Composição Acionária

Em 31 de dezembro de 2021, a composição acionária da Companhia era a seguinte:



1.3. Destaques

Início de operação com novos meios eletrônicos de pagamento nas praças de pedágio, aceitando cartões convencionais e dispositivos de aproximação NFC - Near Field Communication - para pagamento das tarifas em modalidades de débito e crédito, registrando crescimento contínuo na adoção pelos usuários da via, atingindo ao final de 2021 a média de 10% na composição da receita.

2. Estratégia de Gestão

2.1. Governança Corporativa

Estrutura do Conselho e Diretoria

O período de eleição tanto para os Conselheiros do Conselho de Administração quanto da diretoria é de 2 anos.

Membros do Conselho da Administração	Membros da Diretoria	
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente
Roberto Penna Chaves Neto	Flavio da Costa Vaz	Diretor Adm. Financeiro
Marcus Vinicius Figur da Rosa		

Programa de Compliance

Em 2021, a ViaRio aderiu totalmente ao Programa de Compliance do Grupo CCR. O Grupo CCR e suas controladas são signatários do Pacto Global da ONU, em especial das iniciativas propostas pelo Grupo Temático Anticorrupção, estando comprometidos, portanto com a adoção da Cartilha Integridade no Setor da Construção. Nosso sucesso é pautado em princípios de integridade e respeito, nossos valores descritos no Código de Conduta Ética e Política de Empresa Limpa, alinhados com as diretrizes definidas pelo Novo Mercado.

Reforçamos constantemente, com o apoio da Alta Administração, a contínua divulgação e atualização do Programa de Compliance, criado desde 2015, onde orientamos todos os colaboradores, acionistas, administradores e terceiros, em todos os níveis, sobre a necessidade de desenvolvimento de negócios sustentáveis e em conformidade com as políticas e normas internas, bem como em cumprimento à legislação dos países que atuam.

Estamos em constante busca das melhores práticas de mercado, combatendo a corrupção, suborno, propina ou pagamentos facilitadores. Neste sentido, o Programa contém diversas políticas e normas que tratam da avaliação de riscos de terceiros, doações e patrocínios, brindes e presentes, interação com agentes públicos e conflitos de interesses. Constantemente realizamos treinamentos e campanhas de comunicação, com o objetivo de engajar a todos na cultura de Compliance.

Acompanhando o cumprimento dos procedimentos, o Grupo CCR e suas controladas performam o Monitoramento do Programa, mapeando eventuais não conformidades, que serão alvo de aplicação de medidas disciplinares, se for o caso.

Alinhado ao seu compromisso com a transparência e adoção constante de boas práticas de governança corporativa, a ViaRio, através da CCR, possui o Canal Confidencial (<https://canalconfidencial.com.br/canalconfidencialccr/>).

Esse é um canal que tem por objetivo garantir a prática dos valores da companhia e de seu Código de Conduta Ética, reforçando a atuação coerente com a preocupação na construção de uma **empresa e de uma sociedade cada vez melhores para todos**.

O Grupo CCR e suas controladas incentivam o uso consciente de boa-fé do canal confidencial. Qualquer colaborador, administrador, acionista ou terceiro que tiver conhecimento, prova ou indícios de descumprimento de uma norma ou política interna, bem como das leis do país, devem acessar a Linha Ética e proceder o registro de uma ocorrência.

O Canal Confidencial é administrado por uma empresa terceirizada, que funciona 24 horas por dia 7 dias na semana, e que trata todos os relatos/ ocorrências com imparcialidade, sigilo e anonimato (se assim o denunciante preferir.).

2.2. Gestão de Pessoas

A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em 31 de dezembro de 2021 foi de 178.

Treinamentos

Com o objetivo de facilitar a integração dos novos colaboradores contratados, a Companhia possui o “Projeto Integração”, garantindo que o novo colaborador tenha conhecimento das Políticas, Diretrizes, Normas, Procedimentos, Código de Ética, Organograma e de outros Instrumentos Institucionais que contenham a Filosofia, as Crenças e os Valores da Companhia, bem como as Normas de Saúde Organizacional, Segurança do Trabalho, Comunicação e Sustentabilidade. No ano de 2021 foram realizadas 1.763 horas de treinamentos visando esta qualificação.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1. Receita operacional

Faturamento (R\$ mil)	2021	2020	Δ (R\$)	Δ (%)
Receitas de pedágio	155.637	128.603	27.034	21%
Receitas de construção (ICPC 01)	4.390	4.273	117	3%
Receitas acessórias	727	827	-100	-12%
Receita bruta	160.754	133.703	27.051	20%
(-) Impostos sobre receitas	-13.566	-11.256	-2.310	21%
(-) Devoluções e abatimentos	-4	-294	290	-99%
(-) Deduções das receitas brutas	-13.570	-11.550	-2.020	17%
Receita líquida	147.184	122.153	25.031	20%

O valor total de receita bruta no ano de 2021 foi de R\$ 160,75 milhões, sendo que R\$ 155,6 milhões são oriundos do faturamento de receitas de pedágio, uma variação positiva quando comparado aos R\$ 133,7 milhões do exercício de 2020. Justifica-se tal fato principalmente com a redução do impacto causado pela pandemia do Coronavírus e o não reajuste da tarifa. Em 2021 passaram pela praça de pedágio principal um total de 19,9 milhões de Veículo Equivalente Pedagiado (VEP).

3.2. Custos e despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	2021	2020	Δ (R\$)	Δ (%)
Serviços de terceiros	-17.873	-15.503	-2.370	15%
Custo com Pessoal	-15.258	-14.817	-441	3%
Materiais Equipamentos e Veículos	-1.698	-1.868	170	-9%
Outros	-6.479	-6.157	-322	5%
Total	-41.308	-38.345	-2.963	8%

Ao final de 2021, os custos e despesas da Companhia totalizaram o montante de R\$ 41,3 milhões.

3.3. Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2021	2020	Δ (R\$)	Δ (%)
Despesas Financeiras	-63.659	-54.368	-9.291	17%
Juros sobre debêntures e financiamentos	-43.722	-36.492	-7.230	20%
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	-19.936	-17.480	-2.456	14%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-689	-483	-206	43%
Capitalização de custo dos empréstimos	1.177	531	646	122%
Outras despesas financeiras	-489	-444	-45	10%
Receitas Financeiras	2.069	1.731	338	20%
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.050	1.709	341	20%
Juros e outras receitas financeiras	19	22	-3	-14%
Resultado Financeiro Líquido	-61.590	-52.637	-8.953	17%

A Companhia finalizou o exercício de 2021 com um resultado financeiro de R\$ 61,6 milhões negativos, resultado este por conta principalmente dos juros sobre financiamentos.

Quando comparados ao exercício anterior, temos aumento dos juros devido à alta do CDI.

3.4. Endividamento

Em 31 de dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia foi de R\$ 582 milhões, resultado do empréstimo de longo prazo captado pela Companhia com a 7ª emissão de debêntures no valor de R\$ 620 milhões em fevereiro de 2018. A expectativa da Companhia é quitar esta dívida com pagamentos de principal mais juros semestrais com recursos da geração de caixa, até o vencimento em fevereiro de 2028.

3.5. Investimentos

No ano de 2021 foram realizados R\$ 6,9 milhões em investimentos, destacando-se: obra de melhoria nos taludes e contenções ao longo da rodovia, substituição dos segregadores de faixa, implantação de instrumentação nas contenções e melhoria do pavimento flexível ao longo da rodovia.

3.6. Dividendos propostos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, é distribuído a título de dividendos o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais e Estatutárias. Em 2021 não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia apresenta prejuízo acumulado.

4. Sustentabilidade

Pensando no bem-estar dos moradores do seu entorno e numa forma de minimizar os impactos gerados pela implantação da Via, a Companhia busca, por meio de parcerias com institutos, a realização de ações sociais como uma forma de integração. No ano de 2021 foram realizadas as seguintes ações:

- Projetos Socioculturais por meio de lei municipal de incentivo – ISS: Ilumina Zona Oeste (festival multicultural), Projeto Bora Batucar (oficinas de percussão), Projeto Mão Dupla – Gentileza e Respeito (educação no trânsito). Projetos que promovem a inclusão social, empreendedorismo cultural e prevenção de acidentes viários, focados na comunidade escolar e moradores do entorno e usuários da via,

- Projetos Socioculturais por meio de lei federal de incentivo à cultura – Instituto CCR: Projeto Coletânea Literatura Acessível (inclusão da pessoa com deficiência), Despertando o Empreendedor (capacitação e incentivo financeiro para o microempreendedor) e Projeto Caixola de Histórias para Ler e Ouvir (valorização da cultura local). Projetos que desenvolvem a economia local, promovem a inclusão social e a valorização do território no entorno da via.

5. Outras informações relevantes

i. Reajuste anual tarifário

Em 10 de fevereiro de 2021, a Concessionária ingressou com ação judicial com o objetivo de obter o reajuste anual tarifário (variação do IPCA-e) previsto no contrato de concessão. Em razão do indeferimento da liminar a concessionária interpôs recurso de Agravo de Instrumento com pedido de liminar que também foi indeferido.

Após o indeferimento do pedido de reconsideração para concessão da tutela de urgência visando a cobrança da tarifa básica de pedágio reajustada para 2021, a concessionária requereu em dezembro de 2020, a redistribuição do processo para a 11ª Câmara Cível, onde já houve voto favorável relativo ao reajuste de 2020, seguindo a mudança de competência no processo em 1ª instância.

ii. Processos administrativos

Em maio de 2021, o Tribunal de Contas do Município considerou, por unanimidade, improcedente e determinou o arquivamento da Representação formulada pela CGM acerca do sobrepreço das obras de implantação da via, apurado pela SMIH.

Em outubro de 2021, o Controlador-Geral do Município aprovou o relatório final elaborado pela Comissão do Processo Administrativo de Responsabilização, que opinou pela exculpação da Concessionária ViaRio S.A e arquivamento do processo de apuração de eventuais irregularidades administrativas no âmbito do Contrato de Concessão. A decisão foi submetida para a PGM, para manifestação acerca da legalidade da decisão.

6. Considerações finais

6.1. Auditores Independentes

No relacionamento com o Auditor Independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais não foram objetos de auditoria por parte dos auditores independentes.

6.2. Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária ViaRio S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão

Veja as notas explicativas 2(h) e 11 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu nas suas demonstrações financeiras ativos não financeiros relacionados à contratos de concessão. Devido a observações de indicadores sobre a desvalorização dos valores contábeis desses ativos não financeiros, a Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, da sua unidade geradora de caixa (UGC) a qual esses ativos estão alocados. A determinação do valor em uso da UGC, é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas, tais como: (i) volume de tráfego do projeto de infraestrutura detido, (ii) índices que reajustam as tarifas; (iii) crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a respectiva elasticidade ao PIB do negócio; (iv) custos operacionais; (v) inflação; (vi) investimento de capital; (vii) taxas de descontos e (viii) reequilíbrios contratuais. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar o valor recuperável da UGC que possui risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não e limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas: (i) Se a estimativa do valor recuperável da UGC foi elaborada de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixa e na estimativa da taxa de desconto; (ii) Se as premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC estão fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; (iii) Se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) Se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) Confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) Se os resultados da estimativa do valor recuperável estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Veja as notas explicativas 2(m) e 8 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu nas suas demonstrações financeiras imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além das premissas de crescimento decorrente de cada atividade operacional da Companhia, tais como: (i) volume de tráfego; (ii) taxas de inflação esperada e (iii) reduções ou crescimentos econômicos. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios e orçamentos disponibilizados pela Companhia. – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: (i) Se o estudo técnico preparado pela Administração da Companhia foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; (ii) Se as premissas utilizadas no estudo técnico preparado pela Companhia são fundamentados em dados históricos e/ou de mercado e são condizente com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; (iii) Se os dados base são provenientes de fontes confiáveis; (iv) Se os cálculos matemáticos estão adequados; (v) Confirmação dos dados técnicos com a Administração; e (vi) Se os resultados do estudo técnico preparado pela Companhia estão razoáveis quando comparados com um cálculo independente. – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos diretos: (i) Se as adições e exclusões estão de acordo com a legislação tributária; (ii) Recalculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos. – Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

	Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis as premissas utilizadas na determinação do lucro tributável futuro e valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.
--	---

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP-252905/O-2

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	34.428	44.184	Debêntures	12	72.807	42.191
Aplicações financeiras - conta reserva	6	37.385	862	Fornecedores		3.003	4.047
Contas a receber	7	7.844	5.420	Contas a pagar - partes relacionadas	9	533	445
Contas a receber - partes relacionadas	9	84	2	Impostos e contribuições a recolher		1.906	1.370
Tributos a recuperar		217	522	Obrigações sociais e trabalhistas		3.021	2.802
Seguros a apropriar		433	424	Provisão de manutenção	13	5.250	-
Despesas antecipadas e outros		395	350	Outras contas a pagar		36	220
Total do ativo circulante		80.786	51.764	Total do passivo circulante		86.556	51.075
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures	12	501.296	554.982
				Mútuos - partes relacionadas	9	251.389	234.258
Impostos diferidos	8b	82.644	82.405	Impostos a recolher		12.725	9.735
		82.644	82.405	Provisão de manutenção	13	7.652	9.265
				Outras contas a pagar		266	2
Imobilizado	10	28.433	29.682	Total do passivo não circulante		773.328	808.242
Intangível	11	783.139	809.705				
Infraestrutura em construção	11	8.695	6.187				
				Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		902.911	927.979	Capital social	14a	283.191	283.191
				Prejuízos acumulados		(159.378)	(162.765)
						123.813	120.426
Total do ativo		983.697	979.743	Total do passivo e patrimônio líquido		983.697	979.743

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional líquida	15	147.184	122.153
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(4.390)	(4.273)
Serviços		(8.962)	(7.988)
Depreciação e amortização	10 e 11	(31.558)	(31.345)
Custo com pessoal		(10.733)	(10.144)
Provisão de manutenção	13	(2.949)	(2.595)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.473)	(1.714)
Outros		(4.653)	(3.990)
		<u>(64.718)</u>	<u>(62.049)</u>
Lucro bruto		<u>82.466</u>	<u>60.104</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(4.525)	(4.673)
Serviços		(8.911)	(7.515)
Materiais, equipamentos e veículos		(225)	(346)
Depreciação e amortização	10 e 11	(384)	(429)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(214)	(243)
(Provisão) reversão para perda esperada - contas a receber		124	(137)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.041)	(895)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(598)	(161)
Outros		(97)	(539)
		<u>(15.871)</u>	<u>(14.938)</u>
Outros resultados operacionais		<u>234</u>	<u>368</u>
Resultado antes do resultado financeiro		66.829	45.534
Resultado financeiro	16	<u>(61.590)</u>	<u>(52.637)</u>
Lucro (Prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		5.239	(7.103)
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(1.852)</u>	<u>2.204</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		3.387	(4.899)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.387	(4.899)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>3.387</u>	<u>(4.899)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social Integralizado	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020	283.191	(157.866)	125.325
Prejuízo líquido do exercício	-	(4.899)	(4.899)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>283.191</u>	<u>(162.765)</u>	<u>120.426</u>
Lucro líquido do exercício	-	3.387	3.387
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>283.191</u>	<u>(159.378)</u>	<u>123.813</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	3.387	(4.899)
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(239)	(2.204)
Depreciação e amortização	31.942	31.774
Reversão da provisão para baixa de inventário do ativo imobilizado	(367)	101
Juros sobre debêntures	43.722	36.492
Capitalização de custo de empréstimos	(1.177)	(531)
Constituição da provisão de manutenção	2.949	2.595
Ajuste a valor presente provisão de manutenção	688	483
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	3	78
(Provisão) reversão para perda esperada - contas a receber	(124)	137
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	19.936	17.480
Rendimento de aplicação financeira	(1.692)	-
Variações cambiais s/ fornecedores estrangeiros	-	(1)
Atualização monetária para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-	1
	95.641	86.405
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(2.300)	(84)
Contas a receber - partes relacionadas	(82)	(2)
Tributos a recuperar	305	227
Seguros a apropriar, despesas antecipadas e outros	(9)	(72)
Adiantamentos a fornecedores	-	126
Despesas antecipadas e outros	(45)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(741)	(20)
Contas a pagar - partes relacionadas	88	121
Impostos e contribuições a recolher	2.402	62
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(1.681)	(41)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(3)	(147)
Obrigações sociais e trabalhistas	219	104
Outras contas a pagar	(186)	139
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	96.995	81.919
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.422)	(3.173)
Aquisição de ativo intangível	(4.257)	(4.304)
Outros do ativo intangível	1.551	969
Resgates / aplicações na conta reserva	-	-
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimentos	(39.959)	88.062
Resgates / aplicações (conta reserva)	-	-
Debêntures:		
Pagamentos de principal	(35.308)	(18.291)
Pagamentos de juros	(31.484)	(43.368)
Mútuos com partes relacionadas:		
Pagamentos de principal e juros	-	(67.562)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(66.792)	(129.221)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(9.756)	40.760
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	44.184	3.424
No final do exercício	34.428	44.184
	(9.756)	40.760

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Rua Euzébio de Almeida, 2500, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoramento e realização de melhorias da Ligação Transolímpica (“Concessão”). O prazo de concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrido em 20 de abril de 2012.

O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um trecho da Ligação Transolímpica, via expressa ligando a Avenida Brasil, no Bairro Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, no Bairro de Curicica, incluindo seus acessos, faixa de domínio, edificações, terrenos e benfeitorias. A ligação Transolímpica foi oficialmente inaugurada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (“PCRJ”) em 9 de julho de 2016 e sua utilização, conforme determinação da PCRJ, foi exclusiva da Família Olímpica e seus veículos credenciados durante o período dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Em 29 de agosto de 2016, a ViaRio iniciou a operação comercial da Transolímpica. No dia 15 de fevereiro de 2018, a Concessionária ViaRio iniciou a cobrança do pedágio nas cabines das alças de acesso na Estrada da Rio Grande, em Boiuna, Jacarágua.

1.1. Efeitos da pandemia do COVID-19

A Companhia acredita que já ultrapassou os mais expressivos impactos ocasionados pela COVID-19 e não foram identificados riscos que possam afetar a continuidade operacional da Companhia. A Companhia possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. No entanto, devido a incerteza quanto a duração da pandemia da COVID-19, periodicamente, revisamos nossas análises para refletir eventuais mudanças no cenário econômico e impactos nas operações.

Dentre diversas iniciativas que foram adotadas com o objetivo de preservação de caixa e liquidez, ainda está vigente:

- Acompanhamento dos cenários gerenciais de fluxos de caixa, de modo a facilitar a tomada de decisões e a antecipação de ações para evitar/atenuar impactos adversos. Até o momento não foram identificados problemas que impactariam a liquidez ou que gerariam quebra de *covenants* da Companhia.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

Foram instaurados e estão em andamento no âmbito dos órgãos municipais os seguintes processos administrativos relativos à realização dos investimentos de implantação previstos no contrato de concessão:

i. Processo Administrativo nº 06/370.645/2011 (Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro)

Em 5 de junho de 2020, a Companhia recebeu notificação da Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro (SMTR) para, no prazo de 10 dias, apresentar defesa prévia a respeito de suposto sobrepreço de R\$ 1.049.116, apontado no valor das obras da implantação da Ligação Transolímpica, objeto do contrato de concessão nº 038/2012.

Em 28 de julho de 2020, foi apresentada a defesa prévia, na qual a Companhia apontou a consumação da decadência, violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal e, ademais, aponta a indevida desconsideração de instrumentos jurídicos validamente constituídos, a existência de graves falhas técnicas na reorçamentação proposta pelas autoridades municipais, bem como a contrariedade aos princípios de boa-fé objetiva, moralidade, segurança jurídica, e o desrespeito a disposições contratuais e editalícias expressas na redefinição do valor das obras vários anos após a sua conclusão. Em 22 de fevereiro de 2021, foi apresentada a prova pericial de engenharia.

Em 21 de abril de 2021, foi recebido ofício da SMTR dando conta da suspensão do processo de sobrepreço até o término da fase instrutória do PAR determinado pela decisão proferida na ação de Mandado de Segurança ajuizado pela concessionária. Aguarda-se a manifestação da SMTR acerca da defesa prévia e provas apresentadas pela Companhia bem como em face das demais decisões proferidas nos processos mencionados nos itens “ii” e “iii”, abaixo.

ii. Processo Administrativo de Responsabilização nº 02/2020 (Controladoria Geral do Município)

Em 23 de setembro de 2020, a Companhia recebeu a notificação acerca da instauração do Processo Administrativo de Responsabilização PAR/CGM nº 02/2020 relativamente aos fatos tratados no Processo Administrativo nº 06/370.645/2011, com notificação para a apresentação de defesa escrita. Após requerimento formulado pela concessionária, foi concedida a dilação de prazo, para que o mesmo se iniciasse após a concessão das cópias do processo administrativo e a defesa foi apresentada em 29 de outubro de 2020. Em 5 de novembro de 2020, foi proferido despacho informando a conclusão da instrução, e notificando a Companhia a apresentar alegações finais em 15 dias.

Em face da decisão que decretou o encerramento da instrução processual foi interposto o Mandado de Segurança nº 0269876-55.2020.8.19.0001 perante a 14ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro. Após a concessão da liminar foi proferida a sentença em 24 de novembro de 2020 para suspender a decisão que declarou encerrada a fase instrutória do PAR, assegurando à Companhia o direito de apresentar prova pericial de engenharia até dia 22 de fevereiro de 2021.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 22 de fevereiro de 2021, foi apresentada a prova pericial de engenharia. A Procuradoria do Município foi intimada em 10 de janeiro de 2021. Em 19 de março de 2021, foi protocolado recurso administrativo contra a decisão da Comissão de Avaliação do Programa de Integridade. Em 28 de setembro de 2021, foi proferido o relatório final da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, concluindo pela exculpação da Companhia acerca dos atos e fatos suscitados no PAR. Na mesma data, o relatório final foi aprovado pelo Controlador Geral do Município, e encaminhado à Procuradoria Administrativa para manifestação acerca da legalidade bem como com proposição de arquivamento do processo.

Em face dos casos relatados nos itens “i” e “ii” acima, e em relação aos fatos tratados no item “iii”, além das manifestações jurídicas apresentadas no âmbito de cada processo, a Companhia em conjunto com a área de Compliance da CCR, realizaram verificação interna com o suporte de empresa especializada em trabalhos *forensic* e empresa especializada em engenharia, adotou procedimentos para verificar se ocorreram os fatos alegados pelas autoridades municipais. Os trabalhos foram concluídos, e não foram identificados quaisquer fatos e/ou indícios que substanciassem as referidas alegações. Em 6 de janeiro de 2022, foi publicado no Diário Oficial a decisão final determinando o arquivamento do Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

iii. Processo nº 40/100615/2020 (Tribunal de Contas do Município)

Em 23 de setembro de 2020, a Companhia recebeu a notificação do Tribunal de Contas do Município para se manifestar acerca dos fatos apresentados na Representação formulada pela Controladoria Geral do Município acerca dos fatos tratados no Processo Administrativo nº 06/370.645/2011. O processo foi convertido em diligência e, em 15 de outubro de 2020, a Companhia apresentou sua manifestação em atendimento à notificação. Os órgãos municipais diligenciados também apresentaram ao TCM as informações e documentações solicitadas.

Em retorno à diligência sobreveio a promoção da 2ª Inspeção Geral de Controle Externo, de 10 de dezembro de 2020, pela improcedência da representação, sugerindo posterior arquivamento. Em 11 de dezembro de 2020, a Inspeção Geral manifestou concordância com a proposta de improcedência da representação. A Procuradoria Especial opinou, em 21 de janeiro de 2021, pela improcedência da representação. Em 7 de maio de 2021, foi concluída a sessão virtual de julgamento no Tribunal de Contas do Município, pela improcedência da Representação. Não houve recurso.

iv. Processo nº 0189152-64.2020.8.19.0001 - Ação Popular - nulidade do contrato de concessão

Trata-se de Ação Popular distribuída em 30 de setembro de 2020, em face do Município do Rio de Janeiro e da Companhia, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão nº 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da Companhia à reparação de suposto danos ao Erário. Em 30 de novembro de 2020, a Companhia foi citada, tendo apresentado a sua contestação em 1º de fevereiro de 2021. Em 30 de março de 2021, a Companhia se manifestou no sentido de não possuir provas a produzir. Em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação. Aguarda-se a intimação da Companhia para apresentação de contrarrazões a ambas as apelações.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em face dos casos relatados nos itens “i”, “ii” e “iii” acima, além das manifestações jurídicas apresentadas no âmbito de cada processo, a Companhia em conjunto com a área de Compliance da CCR, realizaram verificação interna com o suporte de empresa especializada em trabalhos *forenses* e empresa especializada em engenharia, adotou procedimentos para verificar se ocorreram os fatos alegados pelas autoridades municipais, de modo que não foram identificados indícios que substanciassem as referidas alegações. Considerando que as análises no âmbito do TCM e do PAR estão totalmente concluídas, assim como a evolução das informações e evidências coletadas, a governança da Companhia avaliou e concluiu que não há óbice, nessas circunstâncias, à emissão dessas demonstrações financeiras.

Os acionistas e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os contos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contos a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contos a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- **Depreciação**

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- **Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados**

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- **Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “n”.**

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e, se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o) Arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamento de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

p) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2021, as seguintes novas normas:

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021, não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Reforma da taxa de juros de referência - Alterações ao CPC 48, CPC 08, CPC 40 e CPC 11

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40 e CPC 11 relacionados a mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge*.

Arrendamentos – Alterações ao CPC 06:

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos de arrendamento em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

O expediente prático permite que o arrendatário opte por não avaliar se a concessão de aluguel relacionada à COVID-19 é uma modificação de arrendamento. O arrendatário que faz sua opção deverá contabilizar qualquer mudança nos pagamentos de arrendamento resultante da concessão de aluguel relacionada à COVID-19 como se fosse uma modificação de arrendamento.

Este expediente é aplicável apenas a concessões de aluguel ocorrida como resultado direto da COVID-19 e apenas se todas as condições a seguir forem atendidas:

- a) A mudança nos pagamentos de arrendamento resulta na contraprestação revisada de arrendamento que é substancialmente a mesma que, ou menor que, a contraprestação de arrendamento imediatamente anterior à mudança;

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (uma concessão de aluguel atende essa condição se resultar em pagamentos de arrendamento menores em ou antes de 30 de junho de 2021); e
- c) Não há nenhuma mudança substantiva nos outros termos e condições do arrendamento.

q) Novas normas ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Revisão anual das normas de IFRS 2018 - 2020;
- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido - alterações ao CPC 27;
- Referências à estrutura conceitual - alterações ao CPC 15; e
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26;
- IFRS 17 – Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32).

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

2n	Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível - ICPC 01 (R1)
8b	Impostos diferidos
11	Amortização dos ativos intangíveis
13	Provisão de manutenção
17	Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos as debêntures, aplicações financeiras e mútuos. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 9, 12 e 17.

As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Debêntures (a)	113.628	130.630	137.359	147.083	272.777
Mútuos - partes relacionadas	-	-	-	-	251.389
Fornecedores e outras contas a pagar	3.039	266	-	-	-
Contas a pagar - partes relacionadas	533	-	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 2021, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 5.770, substancialmente composto por debêntures, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa e bancos	1.514	926
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	32.914	43.258
Total - Caixa e equivalentes de caixa	34.428	44.184

Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia Debêntures - vide nota explicativa 12)	37.385	862
Total - Circulante	37.385	862
Total - Aplicações financeiras	37.385	862

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,73% do CDI, equivalente a 4,38% a.a. (86,29% do CDI, equivalente a 2,39% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2020).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Circulante		
Receitas acessórias (a)	329	147
Pedágio eletrônico (b)	<u>7.531</u>	<u>5.413</u>
	7.860	5.560
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	<u>(16)</u>	<u>(140)</u>
	<u>7.844</u>	<u>5.420</u>

Idade de Vencimentos dos Títulos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos a vencer	7.844	5.420
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	16	40
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>-</u>	<u>100</u>
	<u>7.860</u>	<u>5.560</u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassados à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

8. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.239	(7.103)
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.781)	2.415

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(254)	(73)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	66	(138)
Incentivos relativos ao imposto de renda	94	-
Outros ajustes tributários	24	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1.851)	2.204
Impostos correntes	(2.091)	-
Impostos diferidos	239	2.204
	(1.852)	2.204
Alíquota efetiva de impostos	35,35%	31,03%

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2020	Reconhecido no resultado	Saldo em 2021		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	129.075	(947)	128.128	128.128	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	292	230	522	522	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	48	(43)	5	5	-
Provisão de manutenção	3.150	1.237	4.387	4.387	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(50.309)	50.309	-	-	-
Tributos com exigibilidade suspensa de pis e cofins	-	69	69	69	-
Outros	149	(149)	-	-	-
Capitalização de juros	-	(46.980)	(46.980)	-	(46.980)
Custo de transação de empréstimos	-	(3.487)	(3.487)	-	(3.487)
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	82.405	239	82.644	133.111	(50.467)
Compensação de imposto	-	-	-	(50.467)	50.467
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	82.405	239	82.644	82.644	-

	2019	Reconhecido no resultado	Saldo em 2020		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	126.740	2.335	129.075	129.075	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	415	(123)	292	292	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	1	47	48	48	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	23	(23)	-	-	-
Provisão de manutenção	2.104	1.046	3.150	3.150	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (b)	(49.207)	(1.102)	(50.309)	2.316	(52.625)
Outros	125	24	149	149	-
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	80.201	2.204	82.405	135.030	(52.625)
Compensação de imposto	-	-	-	(52.625)	52.625
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	80.201	2.204	82.405	82.405	-

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2021
2022	1.816
2023	3.995
2024	5.394
2025	7.586
de 2026 em diante	109.337
	128.128

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2021 e 2020, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações		Saldos		
	2021		2021		
			Ativo	Passivo	
	Despesas / custos com serviços prestados	Despesas financeiras	Contas a Receber	Mútuos	Contas a pagar
Controladoras em conjunto					
CCR	1.484 (a)	13.289 (b)	-	167.567 (b)	176 (a)
Invepar	-	6.647 (b)	-	83.822 (b)	-
Outras partes relacionadas					
ViaLagos	1 (f)	-	84 (d)	-	349 (d)
Barcas	-	-	-	-	8 (d)
CPC	2.255 (c)	-	-	-	-
Instituto CCR	50 (e)	-	-	-	-
Total	3.789	19.936	84	251.389	533

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Transações		Saldos		
	2020		2020		
	Despesas / custos com serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo	Passivo	
			Contas a receber	Mútuos	Fornecedores e contas a pagar
Controladoras em conjunto					
CCR	1.893 (a)	11.652 (b)	-	156.147 (b)	148 (a)
Invepar	-	5.828 (b)	-	78.111 (b)	-
Outras partes relacionadas					
CIIS	-	-	-	-	78 (d)
Barcas	-	-	-	-	50 (d)
MSV ^{ia}	-	-	2 (d)	-	-
CPC	2.158 (c)	-	-	-	169 (c)
Total	4.051	17.480	2	234.258	445

Despesas com profissionais chave da Administração

	2021	2020
Remuneração (g):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.072	801
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	626	268
Reversão de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	(23)	-
Reversão de PPR do ano anterior pago no ano	-	(57)
Previdência privada	49	47
Seguro de vida	3	2
	1.727	1.061

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2021	2020
Remuneração dos administradores (g)	649	328

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 14 de julho de 2021, foi fixada a remuneração anual dos membros da diretoria da Companhia no montante de R\$ 1.400. A remuneração anual inclui os valores de provisão de participação nos lucros e resultados ("PLR") e inclui os valores referentes aos encargos sociais devidos em decorrência da respectiva remuneração.

- a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – GBS, cujo vencimento se dá no mês seguinte ao do faturamento;

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) Contratos de mútuo, sendo 2 remunerados a 130% do CDI e 6 remunerados a TR + 9,89% a.a., todos com vencimento em 16 de janeiro de 2034 e mais 1 contrato remunerado a CDI + 2,90% a.a., com vencimento em 1º de junho de 2028;
- c) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de suporte e manutenção de tecnologia da informação, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores, cujo o vencimento se dá no mês subsequente a emissão do documento;
- e) Refere-se a doação para auxiliar o custeio das atividades e projetos sociais a serem desenvolvidos pelo Instituto CCR;
- f) Recobrança de reembolso de despesas de viagens efetuados a colaboradores transferidos; e
- g) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

10. Ativo Imobilizado

		2020	2021			
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		723	-	-	367	1.090
Máquinas e equipamentos		28.371	-	1.295	-	29.666
Veículos		5.686	-	-	-	5.686
Instalações e edificações		436	-	-	-	436
Sistemas operacionais		9.943	-	699	-	10.642
Imobilizações em andamento		5.122	2.949	(1.981)	-	6.090
Total custo		50.281	2.949	13	367	53.610
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(479)	(109)	-	-	(588)
Máquinas e equipamentos	10	(11.500)	(2.923)	-	-	(14.423)
Veículos	20	(4.260)	(487)	-	-	(4.747)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	-	-	(436)
Sistemas operacionais	11	(3.924)	(1.059)	-	-	(4.983)
Total depreciação		(20.599)	(4.578)	-	-	(25.177)
Total geral		29.682	(1.629)	13	367	28.433

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2019	2020			
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Valor de custo						
Móveis e utensílios		747	-	(32)	8	723
Máquinas e equipamentos		31.336	-	(172)	(2.793)	28.371
Veículos		3.775	-	(121)	2.032	5.686
Instalações e edificações		436	-	-	-	436
Sistemas operacionais		5.623	-	(4)	4.324	9.943
Imobilizações em andamento		4.616	3.391	-	(2.885)	5.122
Total custo		46.533	3.391	(329)	686	50.281
Valor de depreciação						
Móveis e utensílios	10	(384)	(117)	19	3	(479)
Máquinas e equipamentos	10	(9.656)	(3.121)	85	1.192	(11.500)
Veículos	20	(2.930)	(725)	121	(726)	(4.260)
Instalações e edificações	(b)	(436)	-	-	-	(436)
Sistemas operacionais	11	(1.665)	(847)	4	(1.416)	(3.924)
Total depreciação		(15.071)	(4.810)	229	(947)	(20.599)
Total geral		31.462	(1.419)	(100)	(261)	29.682

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado entre o intangível;
 (b) Bens totalmente depreciados; e
 (c) Reversão da provisão para baixa de inventário do ativo imobilizado.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 527 em 2021 (R\$ 218 em 2020). A taxa média de capitalização em 2021 foi de 7,26% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 5,82% a.a. em 2020.

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de amortização %	2020	2021			
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Outros (c)	Saldo final
				(a)		
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		908.244	-	877	(99)	909.022
Direitos de uso de sistemas informatizados		2.937	-	101	-	3.038
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		126	33	(114)	-	45
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		2.014	-	-	-	2.014
Total custo		913.321	33	864	(99)	914.119
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(100.714)	(26.532)	-	-	(127.246)
Direitos de uso de sistemas informatizados	19	(2.331)	(429)	-	-	(2.760)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(571)	(403)	-	-	(974)
Total amortização		(103.616)	(27.364)	-	-	(130.980)
Total intangível		809.705	(27.331)	864	(99)	783.139
Infraestrutura em construção		6.187	4.874	(877)	(1.489)	8.695

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de amortização %	2019	2020				
		Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferências (a)	Outros (c)	Saldo final
Valor de custo							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		906.707	-	-	1.537	-	908.244
Direitos de uso de sistemas informatizados		3.969	-	-	(1.032)	-	2.937
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		307	44	(1)	(224)	-	126
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados		2.014	-	-	-	-	2.014
Total custo		912.997	44	(1)	281	-	913.321
Valor de amortização							
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(b)	(74.636)	(26.077)	-	(1)	-	(100.714)
Direitos de uso de sistemas informatizados	19	(2.793)	(484)	-	946	-	(2.331)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(168)	(403)	-	-	-	(571)
Total amortização		(77.597)	(26.964)	-	945	-	(103.616)
Total intangível		835.400	(26.920)	(1)	1.226	-	809.705
Infraestrutura em construção		3.548	4.573	-	(965)	(969)	6.187

- (a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível; e
(b) Amortização pela curva de benefício econômico;
(c) Em 2021 o valor de R\$ 99 relativo ao intangível refere-se: (i) R\$ 65 a recebimento de sinistros; e (ii) R\$ 34 a caução. Do do valor de R\$ 1.489 relativo a infraestrutura em construção refere-se: (i) R\$ 3 a cauções; e (ii) R\$ 1.486 a sinistros. Em 2020, refere-se a baixa do intangível relacionado ao sinistro de queda parcial de talude.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 650 em 2021 (R\$ 313 em 2020). A taxa média de capitalização em 2021 foi de 7,26% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) e 5,82% a.a. em 2020.

12. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2021	Vencimento final	2021	2020
1. 7ª Emissão - Série Única	CDI + 2,90% a.a.	3,3425% (a)	16.359	7.668	Fevereiro de 2028	574.102	597.173 (b)
				7.668		574.102	597.173
Circulante							
Debêntures						74.900	44.403
Custos de transação						(2.093)	(2.212)
						72.807	42.191
Não Circulante							
Debêntures						506.870	562.649
Custos de transação						(5.574)	(7.667)
						501.296	554.982

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.

Garantias:

- (b) Aval / fiança corporativa da sua Controladora em conjunto CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta não remunerado.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2021
2023	72.213
2024	88.373
2025	108.514
2026 em diante	237.770
(-) Custos de transação	(5.574)
Total	<u>501.296</u>

A seguir especificamos as principais condições e garantias vinculadas ao contrato de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde a operação está detalhada. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 20 de fevereiro de 2018 foi realizada a 7ª emissão de debêntures, em 1 série, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória prestada pelas acionistas.

A 7ª emissão tem valor de R\$ 620.000 e remuneração de CDI + 2,90% a.a., vencimento em 05 de fevereiro de 2028, pagamento de juros semestral e pagamento de principal semestral de acordo com a curva apresentada na escritura de emissão.

As debêntures poderão ser facultativamente resgatadas totalmente e/ou amortizadas parcialmente, a partir de 05 de fevereiro de 2020, a critério da emissora, com incidência de prêmio apresentado na escritura de emissão.

As Debêntures desta Emissão farão jus aos Juros Remuneratórios durante o período de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, sendo que em 5 de fevereiro de 2023 ("Data da Repactuação") os juros remuneratórios e os prêmios que deverão ser pagos sobre os valores objeto de Resgate Antecipado Facultativo Total e Amortização Extraordinária Facultativa originalmente previstos no contrato de debêntures deverão ser repactuados pela Emissora. As novas condições de remuneração das Debêntures, que vigorarão no período que se iniciará na Data da Repactuação e se encerrará na Data do Vencimento, na data do resgate da totalidade das Debêntures ou na data de eventual vencimento antecipado das Debêntures, se for o caso, serão deliberadas e aprovadas em RCA da Emissora.

Caso os debenturistas não aceitem as condições de repactuação fixada pela emissora, a emissora terá a obrigação de recomprar as debêntures. Caso a emissora não envie as novas condições de remuneração no prazo determinado, deverá adquirir a totalidade das Debêntures na data de repactuação.

Entre as principais cláusulas de restrição a emissora não poderá distribuir dividendos, ressalvado os dividendos mínimos obrigatórios, não poderá contratar dívidas adicionais acima de R\$ 10.000 e não poderá reduzir capital.

Após a verificação do Valor Mínimo Mensal da Conta Reserva Dívida, todos os recursos excedentes na Conta Reserva Dívida serão transferidos para a Conta Operação até o limite anual de R\$ 20.000 ("Valor Livre Anual"), observado que após as transferências para a Conta Operação do Valor Livre Anual, os recursos depositados na Conta Reserva Dívida serão utilizados conforme a seguinte ordem de prioridade: (i) realização anual, de Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Escritura de Emissão e (ii) composição do Valor Mínimo Mensal da Conta Reserva Dívida do mês subsequente.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A debênture contará com as seguintes garantias:

- (i) **Alienação fiduciária** da totalidade de ações de emissão da emissora de titularidade das acionistas;
- (ii) **Cessão fiduciária**, sobre todos os direitos emergentes da Concessão, incluindo, mas sem limitação, eventuais indenizações e todos e quaisquer valores que, efetiva ou parcialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à emissora, em caso de encampação, caducidade e extinção da Concessão, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, assim como a cessão fiduciária sobre as contas em que tais direitos deverão ser depositados;
- (iii) **Garantia Fidejussória**: Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Debêntures, as acionistas prestam garantia fidejussória em favor dos Debenturistas, de forma não solidária, considerando sua a proporção no capital social da emissora;
- (iv) **Obrigação de aportes adicionais**: Caso não seja verificado o devido preenchimento da Conta Reserva Dívida, conforme estabelecido na Escritura de Emissão, as acionistas deverão realizar aporte de capital na emissora mediante realização de Mútuo Subordinado, aumento de capital social ou adiantamento para futuro aumento de capital em valor equivalente ao valor necessário para que a Conta Reserva Dívida seja preenchida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreu pagamento de principal no valor de R\$ 35.308 e pagamento de juros no valor de R\$ 31.484 conforme as cláusulas do contrato. Não ocorreram novas captações ou liquidações de debêntures.

Conforme cláusula 4.3 do contrato de debêntures, a Companhia deve efetuar depósitos mensais em conta reserva, os quais permanecerão bloqueados durante 6 meses e resgatados para pagamento dos juros semestrais, até o final do contrato. Em 31 de dezembro de 2021 o saldo aplicado totaliza R\$ 37.385 (R\$ 862 em 31 de dezembro de 2020).

13. Provisão de manutenção

	2020	2021			
	Saldo inicial	Constituição de provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente	Transferências	Saldo final
Circulante	-	179	29	5.042	5.250
Não circulante	9.265	2.770	659	(5.042)	7.652
	9.265	2.949	688	-	12.902

As taxas anuais de 2021 e 2020, para o cálculo do valor presente, são de 7,08% a.a. e 6,49% a.a., respectivamente.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 283.191, composto por 361.637.226 ações ordinárias, assim distribuídas:

	Participação acionária	2021		2020	
		Ações	Capital Social	Ações	Capital Social
		Integralizadas	Integralizado	Integralizadas	Integralizado
Acionistas					
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	120.569.852	94.415	120.569.852	94.415
CCR S.A.	66,66%	241.067.374	188.776	241.067.374	188.776
Total		361.637.226	283.191	361.637.226	283.191

15. Receitas operacionais

	2021	2020
Receitas de pedágio	155.637	128.603
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	4.390	4.273
Receitas acessórias	727	827
Receita bruta	160.754	133.703
Impostos sobre receitas	(13.566)	(11.256)
Abatimentos	(4)	(294)
Deduções das receitas brutas	(13.570)	(11.550)
Receita líquida	147.184	122.153

16. Resultado financeiro

	2021	2020
Despesas Financeiras		
Juros sobre debêntures	(43.722)	(36.492)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(19.936)	(17.480)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(689)	(483)
Capitalização de custos dos empréstimos	1.177	531
Outras despesas financeiras	(489)	(444)
	(63.659)	(54.368)
Receitas Financeiras		
Variações cambiais s/fornecedores estrangeiros	-	1
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.050	1.709
Juros e outras receitas financeiras	19	21
	2.069	1.731
Resultado financeiro líquido	(61.590)	(52.637)

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a controladora em conjunto CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

	2021			2020		
	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	1.514	-	-	926	-	-
Aplicações financeiras	32.914	-	-	44.120	-	-
Aplicações financeiras - conta reserva	37.385	-	-	-	-	-
Contas a receber	-	7.844	-	-	5.420	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	84	-	-	2	-
Passivos						
Debêntures (a)	-	-	(574.103)	-	-	(597.173)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(3.039)	-	-	(4.269)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(251.389)	-	-	(234.258)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(533)	-	-	(445)
Total	71.813	7.928	(829.064)	45.046	5.422	(836.145)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo (nível 2).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar - partes relacionadas e mútuos – partes relacionadas** – Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações exceto mútuos – partes relacionadas os quais se tratam de instrumentos financeiros intragrupo, com características exclusivas.
- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	2021		2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a) (b)	581.770	626.170	607.052	670.041

- a) Valores contábeis estão brutos dos custos de transação.
- b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

	2021	2020
Nível 2:		
Aplicações financeiras	70.299	44.120

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre os instrumentos financeiros com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2022 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ^{(3) (4)}	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 7ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Fevereiro de 2028	581.770	(71.346)	(84.979)	(98.610)
Aplicação financeira (Itaú Soberano) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		32.914	2.981	3.726	4.471
Aplicação financeira (Santander Soberano) ⁽⁵⁾	CDI ⁽²⁾		37.385	3.341	4.175	5.009
Mútuo ViaRio x CCR	CDI ⁽²⁾	Janeiro de 2034	177.782	(13.162)	(15.920)	(18.683)
Mútuo ViaRio x Invepar	CDI ⁽²⁾	Janeiro de 2034	88.922	(6.589)	(7.970)	(9.354)
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(84.775)</u>	<u>(100.968)</u>	<u>(117.167)</u>
Efeito sobre as debêntures				(71.346)	(84.979)	(98.610)
Efeito sobre as aplicações financeiras				6.322	7.901	9.480
Efeito sobre os mútuos				<u>(19.751)</u>	<u>(23.890)</u>	<u>(28.037)</u>
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(84.775)</u>	<u>(100.968)</u>	<u>(117.167)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾ :						
		CDI ⁽²⁾		9,15%	11,43%	13,72%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2021, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2021, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores;
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI); e
- (5) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

18. Demonstração do fluxo de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2021	2020
Impostos e contribuições a recolher	1.882	(1.391)
Fornecedores	37	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>1.919</u>	<u>(1.391)</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Adições do ativo intangível	(37)	-
Mútuos - partes relacionadas	(1.882)	1.391
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(1.919)	1.391

b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. **Reconciliação das atividades de financiamento**

	Debêntures	Total
Saldo Inicial	(597.173)	(597.173)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamentos de principal e juros	66.792	66.792
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	66.792	66.792
Outras variações		
Despesas com juros e variação monetária	(43.722)	(43.722)
Total das outras variações	(43.722)	(43.722)
Saldo Final	(574.103)	(574.103)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente do conselho
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro
Marcus Vinicius Figur da Rosa	Conselheiro

Composição da Diretoria

João Daniel Marques da Silva	Diretor Presidente
Flávio da Costa Vaz	Diretor Administrativo Financeiro

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
 CRC 1SP190868/O-0 S/RJ